

EDSON FRANCISCO STEIN

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO



**PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA**

CAPES/SESU/FINEP/IBICT

**A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES, DIANTE DAS
NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, DECORRENTES
DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-
Graduação em Educação. Mestrado em
Educação – Linha de Pesquisa Educação e
Trabalho – do Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer

**CURITIBA
2000**

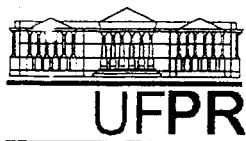
EDSON FRANCISCO STEIN

**A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES, DIANTE DAS
NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, DECORRENTES
DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa Educação e Trabalho – do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer

**CURITIBA
2000**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **EDSON FRANCISCO STEIN** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

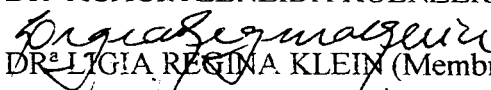
Os abaixo-assinados, DR^º ACACIA ZENEIDA KUENZER; DR^ª LIGIA REGINA KLEIN E DR. CARLOS MAGNO ESTEVES VASCONCELLOS argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES, DIANTE DAS NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, CAUSADAS PELA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação


DR^ª ACACIA ZENEIDA KUENZER (Presidente)


DR^ª LIGIA REGINA KLEIN (Membro Titular)

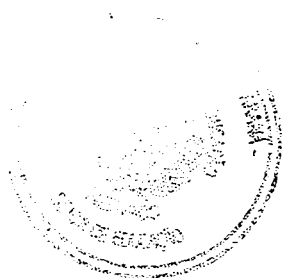

DR. CARLOS MAGNO E. VASCONCELLOS (Membro Titular)


aprovado (20 créditos)

aprovado (20 créditos)

aprovado (20 créditos)

Curitiba, 14 de abril de 2000




Prof^ª Dr^ª Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Acácia, pelo carinho e compreensão e, sobretudo, por ter fraternalmente dividido seus saberes com os quais reafirmei minha convicção na busca e construção de uma sociedade fraterna e igualitária.

A Prof^a. Lígia e ao Prof. Carlos, pelas inestimáveis contribuições que enriqueceram este trabalho.

A compreensão de esposa e companheira Maria de Lourdes, dos meus filhos Elisa e Gustavo e da minha mãe, por entenderem a minha ausência nos finais de semana em que estive estudando.

Aos trabalhadores entrevistados que, com paciência, me atenderam, dividindo suas alegrias e angústias na esperança de uma vida melhor.

Aos trabalhadores da Universidade Federal do Paraná que, apesar da falta de reconhecimento ao seu trabalho e dedicação à instituição por parte do governo, sempre atenderam a todos com solicitude e carinho.

Aos companheiros da Ultrafértil que, ao me conduzirem à direção do sindicato, permitiram que eu aprendesse junto e, com eles, na luta e na resistência sem trégua aos patrões, que a união e o companheirismo podem derrotar os que nos espoliam.

SUMÁRIO

LISTA QUADROS	viii
RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
1 O HOMEM SOCIAL, A CATEGORIA TRABALHO E A PEDAGOGIA MARXISTA	6
1.1 O HOMEM SOCIAL.....	7
1.2 A CATEGORIA TRABALHO E SUA DIMENSÃO NA TEORIA ECONÔMICA	13
1.3 A ATUALIDADE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE MARX E GRAMSCI.....	23
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO	29
2.1 OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES E SEUS SINDICATOS.....	29
2.2 OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL	34
3 OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E SUAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NO BRASIL	42
3.1 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO.....	42
3.2 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	48
4 A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS	51
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.2 REFERÊNCIAIS DOS SINDICATOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	55
4.3 PORQUE OS SINDICATOS OFERECEM OS CURSOS	67

4.4	PARA QUEM SÃO DESTINADOS OS CURSOS.....	72
4.5	TEMPO DE DURAÇÃO DOS CURSOS.....	72
4.6	A METODOLOGIA DE ENSINO.....	74
4.7	A PROPOSTA PEDAGÓGICA	77
4.8	AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	78
4.9	QUEM SÃO OS MONITORES DOS CURSOS	80
4.10	AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS	81
4.11	ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEAR OS CURSOS	82
4.12	A AVALIAÇÃO QUE OS SINDICATOS FAZEM SOBRE OS RESULTADOS DOS CURSOS.....	84
4.13	QUANTOS TRABALHADORES JÁ FREQUENTARAM OS CURSOS.....	86
4.14	QUEM SÃO OS ALUNOS E PORQUE FIZERAM OS CURSOS	88
4.15	DO QUE FOI ENSINADO O QUE FOI MAIS IMPORTANTE PARA OS TRABALHADORES	90
4.16	QUAL É A CAUSA DO DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES	92
5	CONCLUSÃO - A ILUSÃO DA QUALIFICAÇÃO, UMA FALÁCIA ASSUMIDA PELOS SINDICATOS.....	94
5.1	DESEMPREGO, MUITAS PROPOSTAS NENHUMA SOLUÇÃO SOB O CAPITALISMO.....	94
5.2	A QUALIFICAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO NÃO RESOLVE O PROBLEMA DO DESEMPREGO	99
5.3	O QUE A PESQUISA MOSTROU	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

**ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PRESIDENTES E SECRETÁRIOS
DE FORMAÇÃO DOS SINDICATOS E, PROFESSORES/MONITORES DOS
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO.....112**

**ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - EGRESSOS DOS
CURSOS.....121**

LISTA DE QUADROS

1	CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS	54
2	SIGLAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	54
3	PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS	88

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco de investigação a ação educativa realizada em sindicatos de trabalhadores, um de Curitiba e outro de Ponta Grossa, diante das novas demandas de qualificação e requalificação profissional, decorrentes da reestruturação capitalista. Analisou-se de que forma os sindicatos de trabalhadores estão respondendo à demanda por trabalhadores multifuncionais, obrigados a executar múltiplas tarefas como forma de garantir uma produtividade que gere uma taxa de lucro capaz de remunerar o capital na atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, denominada de acumulação flexível. Apresentou-se o resultado de entrevistas com os responsáveis pelas políticas de educação e qualificação dos sindicatos, com os monitores dos cursos e com os trabalhadores que frequentaram os cursos. Os trabalhadores, na sua grande maioria, buscam os cursos como forma de ter acesso a escolarização de 1º grau, relegando a questão da qualificação a segundo plano. Além disso, os resultados mostraram que as políticas de qualificação implementadas pelos sindicatos pesquisados reproduzem a qualificação taylorista/fordista no que há de mais frágil. As novas demandas exigem trabalhadores que tenham habilidades cognitivas, o que exige escolarização básica. Os sindicatos fazem a qualificação na lógica da reprodução capitalista, incorporando o discurso da burguesia de que os trabalhadores estão desempregados porque não estão qualificados. Com seus cursos de qualificação, os sindicatos assumem uma tarefa que é do capital, criando uma ilusão e falsa expectativa para os trabalhadores de que, fazendo os cursos conseguirão empregos. As altas taxas de desemprego geral nos países desenvolvidos que, já alcançaram a universalização do ensino, até o equivalente ao segundo grau no Brasil, e em muitos desses países 60% a população já é atendida pelo ensino de terceiro grau demonstra que estar ou não desempregado não depende de escolarização. Esses dados confirmam que, sob o capital, não há solução para o desemprego; indicam que os sindicatos devem retomar seu papel histórico de organizar os trabalhadores, como forma de exigir do capital sempre e continuamente maiores salários e empregos para todos, e assim desnudar os fundamentos desse modelo de sociedade que, pela sua lógica excludente, impede os trabalhadores do acesso aos benefícios e resultados de seu trabalho.

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa é analisar o papel que os sindicatos pesquisados têm desempenhado diante das novas demandas de qualificação e requalificação dos trabalhadores, decorrentes da reestruturação dos processos de produção, na atual etapa de desenvolvimento capitalista.

As novas demandas do mundo do trabalho exigem trabalhadores com maior flexibilidade para execução de múltiplas tarefas, tendo como objetivo a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade dos que continuam empregados. Segundo Marx¹, a taxa de lucros é determinada pela força produtiva empregada na produção de uma mercadoria qualquer. A quantidade de mercadorias produzidas em determinado tempo, ou mediante uma determinada quantidade de trabalho empregado, depende da força produtiva (produtividade) do trabalho empregado e não da extensão ou duração do trabalho. A taxa de lucro depende da produtividade que a força produtiva empregada é capaz de gerar. A força produtiva do trabalhador multifuncional gera uma produtividade maior ao facilitar a incorporação de novas tecnologias no processo de produção, garantindo uma taxa de lucro igual com um número cada vez menor de trabalhadores, o que causa desemprego.

O problema do desemprego é estrutural no modo de produção capitalista e sob o modo de produção capitalista não existem soluções. Ao contrário, só tende a se agravar, não tanto pela incorporação crescente de tecnologia ao processo de produção, mas principalmente pela concentração da riqueza. Não se trata aqui de negar o desenvolvimento, mas denunciar o caráter concentrador e excludente do processo de acumulação desse modelo de sociedade.

Então, diferentemente do que tem sido afirmado, não será uma maior qualificação ou um maior nível de escolaridade da força de trabalho que dará conta de garantir emprego a todos. Um maior e melhor nível de educação, no entanto, é importante, porque contribuirá para facilitar o entendimento dos

¹ MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Victor Civita, 1982. p. 174

fundamentos dessa sociedade permitindo a organização dos trabalhadores para superá-la.

Diante deste quadro, os sindicatos de trabalhadores passaram a assumir posições que não estavam tradicionalmente incluídas na sua pauta de lutas; entre estas destaca-se a questão da educação e qualificação dos trabalhadores.

Como a educação se insere no âmbito das lutas pela hegemonia, a pesquisa buscou verificar se os sindicatos, ao assumirem a tarefa de educar e qualificar os trabalhadores, organizaram seus conteúdos e métodos pedagógicos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto que interessa aos trabalhadores; ou se o projeto pedagógico proposto reforça a pedagogia burguesa de dominação das elites sobre os trabalhadores.

A escola nasce para formar os dirigentes, na perspectiva dos interesses das elites dirigentes. A escola é destinada às elites em detrimento dos trabalhadores que vêem perpetuada a sua exclusão da organização e do controle social do Estado e dos processos de produção. A educação burguesa para o trabalho fundamenta-se em uma forma de educação que disciplina o trabalhador para ser explorado:

"... não se esgota no desenvolvimento de habilidades técnicas que tomem o operário capaz de desempenhar sua tarefa no trabalho dividido. Muito mais ampla, ela objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário, o que significa sua habituação ao modo capitalista de produção"².

Interessa ao capital evitar mudanças na medida em que trabalhadores mais qualificados têm uma produtividade maior, o que amplia a expropriação do trabalho realizado e não pago, aumentando os lucros dos capitalistas.

No processo de produção fordista/taylorista, os sindicatos tinham, em se tratando de educação, uma relação diferente daquela que estão adotando sob as diretrizes do neoliberalismo com a finalidade de dar respostas à precarização do trabalho e ao desemprego, causados pela reestruturação

² KUENZER, Acácia Z. **As relações de produção e a Educação do Trabalhador: da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo.** PUC - SP, 1984. Tese de Doutorado. pg. 63

produtiva. Para atender às demandas de qualificação do processo de produção fordista/taylorista, a formação perseguia o objetivo de qualificar os trabalhadores para uma determinada função, no processo de divisão técnica do trabalho, quando os sindicatos negociavam e incluíam nas convenções coletivas os parâmetros que regulavam de maneira coletiva as condições das relações de trabalho. Sob a lógica da acumulação flexível, exige-se dos trabalhadores qualificação que lhes dê habilidades para exercer múltiplas tarefas quando são submetidos a um processo de intensificação do trabalho. Têm eles que estar permanentemente se reciclando como forma de permanecerem empregados, já que, nessa nova forma de relação de trabalho, as condições de vínculo são negociadas individualmente. Isto tem provocado uma situação de intensificação da concorrência entre os trabalhadores, levando-os a atitudes cada vez mais individualistas, o que enfraquece a sua capacidade de negociação enquanto indivíduos e enquanto organização.

Considerando esta realidade, a pesquisa busca verificar qual a pedagogia utilizada e o espaço de autonomia possível na implementação das políticas de educação pelos sindicatos pesquisados.

Educar e qualificar/requalificar os trabalhadores na perspectiva de adestrá-los para o capital, certamente não é papel dos sindicatos de trabalhadores. Considerando que a educação se insere no âmbito da hegemonia, os sindicatos, ao chamarem para si a tarefa de educar e qualificar/requalificar os trabalhadores, devem orientar sua ação educativa na perspectiva de construir e sustentar o projeto que serve aos trabalhadores e não à elite burguesa.

A quem servem e que objetivos buscam as políticas educacionais implementadas pelos sindicatos de trabalhadores?

Para responder a essa indagação propôs-se como objetivo geral da pesquisa:

- identificar e compreender como os sindicatos pesquisados estão respondendo às novas demandas de educação/qualificação dos trabalhadores, decorrentes da reestruturação capitalista.

Como objetivos específicos:

- verificar a concepção e práticas pedagógicas adotadas pelos sindicatos pesquisados;
- verificar se a ação educativa dos sindicatos é contínua;
- identificar a origem dos recursos utilizados pelos sindicatos para financiar a implementação dos cursos de educação/qualificação para os trabalhadores.

Inicialmente analisaram-se os documentos produzidos pelas Centrais Sindicais a que estão ligados os sindicatos pesquisados e que orientam as suas práticas, concepções e políticas de educação/qualificação.

Em seguida, foram realizadas entrevistas gravadas e entrevistas escritas com roteiro estruturado, com os responsáveis pelas políticas de educação dos sindicatos, com os monitores/professores dos cursos oferecidos pelos sindicatos de trabalhadores e com egressos dos cursos.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos;

No primeiro capítulo é apresentada a dimensão de ser social do homem e a sua dependência da sociedade. O homem depende da sociedade, porque é essa sociedade que supre suas necessidades e lhe proporciona as condições necessárias para a sua sobrevivência. No modo de produção capitalista, ao perder o controle dos meios de produção, o homem é submetido de forma diferente daquela a que estava sujeito na servidão e na escravidão. Na sociedade capitalista, a condição de submissão é determinada pela relação de trabalho, quando o homem é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário, como forma de garantir a sua sobrevivência. Nessa condição a forma social do homem aparece fragmentada, alienada do resultado do seu trabalho e privada do acesso aos bens produzidos coletivamente, porque estes são apropriados de maneira privada pelos proprietários dos meios de

produção. Em seguida é feita uma breve análise da categoria trabalho e sua dimensão na teoria econômica, a partir das interpretações e significado, valor e importância do trabalho na organização social, do ponto de vista dos principais autores clássicos: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Este capítulo finaliza analisando as propostas pedagógicas de Marx e Gramsci, por serem sempre atuais na motivação da busca e construção de uma sociedade igualitária e fraterna. Quando estabelecida esta nova sociedade, na qual o homem irá usufruir coletivamente os resultados produzidos pela sua capacidade de se desenvolver permanentemente na busca da satisfação de suas necessidades, a educação será um dos instrumentos que possibilitarão a formação do homem em sua totalidade.

No segundo capítulo, buscou-se compreender os impactos das transformações no mundo do trabalho sobre os sindicatos de trabalhadores no Brasil, verificando de que forma eles percebem tais mudanças e como vêm suas conseqüências para os trabalhadores. Analisa-se também como os sindicatos estão reagindo a essa nova etapa do desenvolvimento capitalista, principalmente diante das reformas educacionais que estão sendo implementadas, a partir das novas demandas e exigências de qualificação requeridas dos trabalhadores.

No terceiro capítulo, apresenta-se um breve relato histórico das políticas de formação implementadas pelos sindicatos de trabalhadores no Brasil, os determinantes históricos dessa formação e a incorporação na ação educativa dos sindicatos de trabalhadores, dos cursos de qualificação de mão-de-obra sob influência das novas demandas de qualificação decorrentes da reestruturação capitalista na sua atual fase.

No quarto capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos da pesquisa documental e empírica, além da caracterização dos dois sindicatos pesquisados. Em seguida apresentam-se os resultados e a análise da pesquisa documental e empírica.

Finalmente, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO I

O HOMEM SOCIAL, A CATEGORIA TRABALHO E A PEDAGOGIA MARXISTA.

Neste capítulo são apresentadas: a dimensão do ser social do homem e a sua dependência da sociedade; uma breve análise da categoria trabalho em Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx: as propostas pedagógicas de Marx e Gramsci.

Este resgate teórico tem por objetivo subsidiar o leitor, facilitando o entendimento da importância da educação na construção de um projeto hegemônico de interesse dos trabalhadores, para a compreensão adequada do papel que cumprem os sindicatos pesquisados na tarefa de emancipar os trabalhadores.

O homem depende da sociedade, porque é essa sociedade que lhe proporciona as condições necessárias para a sua sobrevivência. No modo de produção capitalista, ao perder o controle dos meios de produção, o homem é submetido de forma diferente daquela a que estava sujeito na servidão e na escravidão. Na sociedade capitalista a condição de submissão é determinada pela relação de trabalho, quando o homem é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário, como forma de garantir a sua sobrevivência.

Compreender a categoria trabalho e sua dimensão na teoria econômica é de fundamental importância para podermos entender que papel cumpre o trabalho na construção dos modelos de Estado e de organização social que os projetos em disputa apresentam. A partir das interpretações e significados, valor e importância do trabalho na organização social, do ponto de vista dos principais autores clássicos, pode-se perceber a importância estratégica do trabalho. Enquanto Adam Smith e David Ricardo analisam o trabalho do ponto de vista da economia política, evidenciando a ideologia da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento sem limites, Karl Marx faz uma análise

crítica da economia política, salientando o caráter de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores e transformada em capital.

As propostas pedagógicas de Marx e Gramsci são analisadas por serem sempre atuais na motivação da busca e construção de uma sociedade igualitária e fraterna. Quando estabelecida esta nova sociedade, a educação será um dos instrumentos que possibilitarão a formação do homem em sua totalidade. O homem poderá então ir usufruir coletivamente os resultados produzidos pela sua capacidade de se desenvolver permanentemente na busca da satisfação de suas necessidades.

1.1 O HOMEM SOCIAL³

O homem é um ser social e solidário. Com o controle dos meios de produção atua sobre a natureza para produzir bens que atendam às suas necessidades imediatas de consumo. No modo de produção capitalista, esse homem perde o controle dos meios de produção e a força de trabalho, torna-se uma mercadoria como outra qualquer entre aquelas consideradas insumos necessários ao processo de produção. Enquanto mercadoria, tais insumos precisam conter algumas qualidades e especificações determinadas pelo processo produtivo. Com a força de trabalho não é diferente, necessita de uma determinada qualificação definida historicamente para atender às especificidades impostas pelas mudanças ocorridas nos processos de produção. A qualificação da força de trabalho para atender às novas demandas requeridas pelo processo produtivo têm gerado novos paradigmas no que se refere à organização da educação nas sociedades capitalistas.

No modo de produção capitalista, o trabalho organizado está sob controle do detentor dos meios de produção, com o objetivo de produzir

³ Texto elaborado a partir de anotações de aulas das professoras: Dra. Acácia Zeneida Kuenzer, Dra. Lígia Klein e Dra. Maria Dativa Salles Gonçalves, além de leituras complementares, conforme as fontes citadas.

mercadorias com valor de uso, mas também com valor de troca, não para satisfazer necessidades imediatas de consumo, mas para que essas mercadorias, no momento da comercialização, gerem lucros que serão apropriados pelo capitalista. O trabalho sob o controle do homem tem uma finalidade e, sob o controle do capital, outra.

O homem, ao agir sobre os recursos disponíveis na natureza, transforma-os através de seu trabalho, a fim de obter aquilo de que necessita para a sua sobrevivência e seu conforto, na medida em que evolui e se desenvolve. Essa ação do homem, através do trabalho, produz mercadorias com valor de uso, sem a geração de excedente, e para satisfazer suas necessidades de consumo imediato.

O trabalho, originalmente, é fator de integração, enquanto ação para suprir as necessidades de consumo imediatas do homem. Ao abater uma caça ou colher frutos para saciar a fome, o homem é solidário e se sociabiliza. Entender como o homem se torna um ser social e se humaniza é importante porque é a partir desse entendimento que se torna possível compreender que o trabalho é uma ação autônoma do homem. Diferente do que acontecia na servidão e na escravidão, no modo de produção capitalista, ao ser separado dos seus instrumentos de trabalho que passam a ser propriedade do capitalista, o homem é submetido ao ter seu trabalho subordinado aos interesses do dono do capital.

Para Marx o homem não é produto do meio, mas o agente que transforma e modifica o meio, como afirma na Tese III sobre Feuerbach:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como por exemplo em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.⁴

⁴ Escrito por Marx durante a primavera de 1845. Redigido e publicado pela primeira vez em 1888, por Engels, como apêndice da edição em folheto à parte de seu Ludwig Feuerbach.

O homem é um ser social porque é a sociedade que produz e lhe proporciona condições de vida, portanto o homem depende dos outros homens.

É um ser histórico, porque a sua vida é determinada pela sociedade e, por isso, o homem é um ser social e depende da sociedade. Ao mudar sua forma de viver, diariamente, é um ser não definido, não determinado e não acabado que, por ação dos homens (sociedade) e sua própria, está sendo trabalhado todos os dias, resultado de suas ações e práticas transformadoras.

O homem só resolve seus problemas dentro da sociedade, ou então, estará contra a sociedade, que é a síntese das múltiplas relações entre os homens. Age por necessidade; como essas necessidades são supridas pela sociedade, isto faz com que o homem se humanize nas suas relações cotidianas com os outros homens. A ação dos homens, ao modificar as circunstâncias, impõe a solução de suas demandas dentro da sociedade, e ao mesmo tempo induz o homem a ser um ser social. Contraditoriamente, essa mesma sociedade que produz e viabiliza suas condições de vida, quando organizada sob o capital, exclui e desumaniza o próprio homem, uma vez que os meios de produção deixam de ser propriedade coletiva para ser propriedade privada de poucos; estabelecendo-se relações de exploração do trabalho pelo capital.

O modo de organização da sociedade se altera continuamente. Na medida em que a forma de produção muda, a forma de organização social também muda e, por conseqüência mudam também as formas de pensar. Na organização social, um fator passa a ser fundamental nas relações entre os homens: o trabalho. É a partir de 1700 que tal palavra é incorporada ao cotidiano da sociedade, embora o trabalho exista desde que o homem começou a atuar sobre a natureza e sobre os outros homens para sobreviver.

A ação transformadora do homem cria e desenvolve instrumentos e equipamentos capazes de suprir e superar as limitações a que está sujeito. O homem não consegue voar, mas criou o avião.

O trabalho realizado pelo homem foi e é organizado de formas diferentes em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, retratando sua capacidade transformadora e a permanente mudança na sua forma de viver e produzir.

Para a sociedade capitalista, o trabalho é a atividade que produz mercadorias com valor de troca e valor de uso. Para o capital, o trabalho deve produzir riqueza, que deve ser e é apropriada pelo dono do capital. Para Marx o trabalho deve produzir para atender às necessidades do homem enquanto coletivo e enquanto indivíduo.

Na sociedade capitalista, o homem é total, mas com um menor grau de apropriação, já que o desenvolvimento capitalista o impede de realizar plenamente as possibilidades dadas por essa sociedade. O processo de produção capitalista produz o homem fragmentado pela fragmentação do processo de trabalho.

O pensamento burguês se constrói a partir de uma compreensão naturalizada do conhecimento, através da qual a verdade está inscrita na natureza e o homem não a pode mudar. O homem se apropria "objetivamente" do conhecimento que está inscrito na natureza, a partir da sua consciência. Desta forma, o saber fica fragmentado e o conhecimento passa a ser um ponto de vista parcial sobre a realidade.

Para Marx, o saber é produzido a partir do poder criador e transformador do homem, nas relações sociais, numa concepção histórica.

A educação na sociedade capitalista está organizada de maneira a não revelar as contradições do modo de produção capitalista. A burguesia não pode revelar nem para ela mesma as contradições, porque, em revelando, ela mesma pode não aceitar e não defender as contradições e defeitos do modo capitalista de produção. O caráter dogmático da escola é hegemônico e existe tanto na escola destinada à burguesia, como na do proletariado. É uma escola que só revela a síntese e esconde o método e o fundamento. Não dá oportunidade de questionamento, é dogmática, "isto é verdade e pronto". Basta que se saiba a síntese.

A organização da educação, sua estrutura e concepção são resultado dessa dualidade, desse processo de exclusão. Um exemplo de como a educação é organizada a partir da concepção de uma sociedade de classes é o *Relatório e Projeto de Decreto sobre a organização da instrução pública*, apresentado à Assembléia Nacional da França, em nome do Comitê de Instrução Pública, pelo Deputado Senhor Condorcet, nos dias 20 e 21 de Abril de 1792. O Deputado Condorcet inicia a apresentação do projeto dizendo que a instrução (educação) pública deve:

... oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de prover suas necessidades, de assegurar seu bem-estar, de conhecer e exercer seus direitos, de entender e executar seus deveres; assegurar a cada um a oportunidade de se aperfeiçoar ... que é preciso dar a todos, igualmente, a instrução que é possível ser estendida a todos, mas não recusar a uma parcela dos cidadãos a instrução mais elevada que é impossível fazer aquinhoar à massa ativa dos indivíduos... Nós distinguimos cinco graus de instrução, escolas primárias, onde se ensinará o que é necessário para o indivíduo se conduzir por si só..., escolas secundárias, destinadas as crianças cujas famílias podem dispensa-las por mais tempo do trabalho e consagrar à sua educação maior número de anos..., institutos de 3º grau, a educação geral, é absolutamente completa nesse grau..., preenchendo aquilo que e necessário para estar em condições de ocupar funções ... que exigem o máximo de luzes, ... e dará àqueles que o aproveitarão uma superioridade real, que a distribuição das funções da sociedade torna inevitável. ..., Liceus de 4º grau, onde todas as ciências são ensinadas em toda a sua plenitude. É nele que formarão os sábios... e os professores..., o 5º grau será feita na Sociedade Nacional de Ciências e Artes... que se ocupará do aperfeiçoamento das ciências e das artes, para acolher encorajar e difundir as descobertas úteis...⁵.

Como se pode perceber, o projeto de Educação de Condorcet tinha uma grande influência daquilo que era necessário para atender às demandas de qualificação de mão-de-obra daquela época, já que propõe a organização da educação, no sentido de atender às demandas do mundo do trabalho.

A educação do trabalhador, condicionando sua formação para atender a demandas específicas de determinadas funções ou ofícios, mostra claramente

⁵ In **CONDORCET**, par Ferdinand Buisson. **Reformateurs Sociaux. Collection de Textes.** Paris. Librairie Félix Alcan, 1929. Capítulo III, Condorcet Membre de L'Assemblée Legislative (1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574. Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti, Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

de que forma a educação para o trabalho influenciou a mudança nos rumos da educação.

Quando Condorcet propõe estruturar e organizar a educação detalhando e estabelecendo como e para que cada nível de instrução é destinado, é evidente que pretende com isso uma educação voltada para a formação da mão-de-obra, de acordo com as necessidades do mercado. Vai além, estrutura o sistema de educação de tal forma que, por si só, já é discriminatório. Cita claramente a necessidade de uma educação com níveis de acesso bem definidos, determinando para que e para quem deve ser ofertado, definindo formas de acesso de acordo com as necessidades e demandas do mercado de trabalho.

Os rumos da educação têm sido determinados pelas demandas de qualificação impostas pelo modo de produção capitalista em cada uma de suas fases.

O que ocorre atualmente no Brasil é um exemplo disso e pode ser percebido ao se analisar o novo modelo de educação que está sendo implementado, a partir de diretrizes ditadas pelos organismos internacionais que pretendem conformar as bases do modelo neoliberal, às quais a educação/formação está sendo subordinada de maneira totalizante, bem como à lógica do mercado, dentro do modo de produção capitalista. A imposição dos organismos internacionais, de uma escola dual que por si já é excludente, agora exclui duplamente ao determinar que nos países em desenvolvimento a formação fique limitada à qualificação para a execução das tarefas necessárias à operação de plantas industriais que incorporam as tecnologias de projetos e pesquisas desenvolvidas nos países desenvolvidos.

1.2 A CATEGORIA TRABALHO E SUA DIMENSÃO NA TEORIA ECONÔMICA

Foi na transição da sociedade feudal para a economia capitalista que pela primeira vez a sociedade incorporou ao seu cotidiano a palavra trabalho. Para o materialismo histórico, o trabalho é a categoria central e fundamental de análise do desenvolvimento do homem enquanto organizado em sociedade.

A hegemonia do capital na sociedade capitalista, como determinante da organização social, não tira a centralidade da categoria trabalho como instrumento de mediação das relações sociais. Perceber como os economistas e os teóricos viam o trabalho facilita a compreensão das dimensões que o trabalho teve na determinação das relações sociais a cada período.

Foram os fisiocratas⁶ que primeiro registraram a importância do trabalho na geração de riqueza, e que esta era gerada na produção, enquanto para os mercantilistas a riqueza era obtida na circulação de mercadorias. Aqueles consideravam que só a produção agrícola gerava excedente, que era medido pelo excedente físico produzido. Para eles a manufatura não produzia excedente.

Adam Smith⁷ reagiu contra a concepção metalista (a riqueza tinha origem no acúmulo de ouro e prata) dos mercantilistas e a visão exageradamente agrária dos fisiocratas, ao mostrar que a riqueza não se origina no comércio, mas do trabalho, que gera valor. Para ele o trabalho é a origem do valor e responsável por toda a riqueza de uma nação. Coloca o trabalho no centro da discussão, no centro da análise econômica.

Subordina o valor ao trabalho, mas não conseguiu definir de onde vem o lucro. Sua teoria sobre o valor fica restrita à circulação. Para ele, o produto anual de cada nação depende da destreza dos trabalhadores e do trabalho produtivo desses trabalhadores.

⁶ HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1995. pg. 89. Fisiocratas: foi a primeira escola econômica, e seus primeiros teóricos foram os franceses, liderados por François Quesnay.

⁷ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Victor Civita, v. I, 1983. Economista inglês do século XVIII.

6 Trabalho produtivo, para Smith, é o trabalho capaz de gerar um excedente, ou seja, um valor maior de capital do que aquele aplicado no início do ciclo de produção. Trabalho improdutivo é o trabalho que não gera excedente. Exemplo: trabalho doméstico. Entende ainda que o trabalhador não custa nada ao seu patrão, já que seu salário é repostado na forma de um valor maior para o objeto, depois que seu trabalho foi incorporado a este. Para Smith a riqueza é obtida na produção, e se dá pela combinação do capital aplicado nesse processo aliado ao trabalho, diferenciando de quem é o capital e o lucro, e de quem é o salário. Para Smith a sociedade é organizada em classes, identificando como fundamentais: a dos donos do capital e a dos que para eles trabalham, que é a dos trabalhadores que recebem salários.

7 David Ricardo⁸ desenvolve sua teoria do valor baseada no trabalho, apresentando um prolongamento mais sistemático da teoria de Smith. Ricardo entende por *trabalho* todo trabalho acumulado, isto é, a soma de todos os trabalhos necessários à produção que é a geradora da riqueza; associando o trabalho ao capital. Reconhece que não é possível ao operário adquirir, com o seu salário, o produto de seu trabalho, mas não desenvolve as conseqüências sociais do seu raciocínio. Considera o trabalho como causa do valor, não havendo valor sem trabalho. Defende que é a quantidade de trabalho necessário para a produção que determina o valor da mercadoria e a quantidade da outra mercadoria pela qual pode ser trocada. Para ele é relativo o valor de uma mercadoria em relação à outra e que esse valor não depende de maior ou menor remuneração paga. Entende que a remuneração do trabalho deve ser o mínimo suficiente para a subsistência do trabalhador. Como essa remuneração era paga em trigo e cereais necessários a subsistência do trabalhador, defende que a maior ou menor quantidade de cereais entregues ao trabalhador na forma de salários, em troca de seu trabalho, não afeta o valor da mercadoria produzida por esse trabalho. Isto porque o valor relativo entre as mercadorias permanece constante, em razão de uma alteração diretamente proporcional entre esses valores relativos.

⁸ RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982. Economista inglês, contemporâneo de Adam Smith.